INSTITUTO BRASILEIRO DE AUDITORIA DE OBRAS PÚBLICAS – IBRAOP
INSTITUTO RUI BARBOSA – IRB / COMITÊ OBRAS PÚBLICAS
PROC-IBR-EDIF 019/2014 Análise das especificações, quantidades e preços das Pinturas
Primeira edição válida a partir de:/ www.ibraop.org.br irbcontas.org.br

1. OBJETIVOS/JUSTIFICATIVAS

O procedimento tem por objetivo Verificar se as especificações, quantidades e preços dos itens contidos em **"pinturas"** da planilha orçamentária são compatíveis com o projeto arquitetônico, memorial descritivo e demais projetos relacionados.

A verificação se faz necessária na medida em que existe risco de sobrepreço por quantidade, por preços, por especificação ou por superdimensionamento, contrariando o art. 6°, inciso IX, alínea f; c/c art. 7°, § 2°, inciso II e § 4°; c/c art. 12, inciso III; c/c art. 3°, *caput*, todos da Lei Federal n° 8.666/93 e demais legislações aplicáveis.

2. EQUIPAMENTOS/INSTRUMENTOS NECESSÁRIOS

-

3. PROCEDIMENTO

3.1. Procedimentos gerais

a. Avaliação das especificações

Verificar, dentre as opções de serviços constantes nas tabelas oficiais de preços, se a opção adotada no orçamento base reflete os requisitos de economia e facilidade na execução (incisos III e V do art.12 da Lei Federal n.º 8.666/93), bem como se propiciar a contratação mais vantajosa para a Administração (art. 3.º, *caput*, da Lei Federal n.º 8.666/93).

Avaliar se a descrição do serviço indicado na planilha orçamentária corresponde à especificação contida nos projetos, memorial descritivo e caderno de encargos, caso previsto, visto que diferenças nas especificações podem resultar em preços distintos.

Verificar se há alterações entre o texto (descrição) e/ou composição unitária dos serviços previstos no orçamento base e aqueles contidos na tabela oficial de preços utilizada como referência.

b. Avaliação dos quantitativos

Verificar a compatibilidade das quantidades de serviços existentes no orçamento base com o calculado a partir da análise dos projetos.

Observar se os quantitativos do orçamento base e dos projetos estão coerentes com os critérios de medição constantes do caderno de encargos, especificações e composições unitárias, inclusive em relação às possíveis perdas de materiais, sobretudo das tubulações.

Avaliar se há o detalhamento de serviço(s) em planilha(s) auxiliar(es) ou composições, caso tenha sido utilizada alguma unidade de medida genérica (verba, gleba, percentual, conjunto, unidade, ponto, entre outros) no orcamento base.

Verificar se insumos da composição unitária de um determinado serviço estão sendo novamente considerados como itens no orçamento base.

Verificar se as quantidades dos itens que aparecem mais de uma vez no orçamento base não estão superpostas, comparando-se com os respectivos projetos.

c. Avaliação dos preços

Deverá ser considerada a Orientação Técnica IBRAOP OT – IBR 004/2012 que trata da Precisão do Orçamento de Obras Públicas.

Avaliar para cada serviço discriminado se o preço unitário indicado no orçamento base está compatível com o preço unitário paradigma (custo paradigma + BDI paradigma) utilizado como referencial da análise, onde o preço unitário paradigma será determinado conforme OT IBR 05/2012 (itens 4.4 a 4.7).

3.2. Pintura

a. Avaliação das especificações

A Equipe de Auditoria deverá avaliar se a especificação do serviço de pintura contida na planilha orçamentária corresponde à especificação contida nos projetos e memorial descritivo.

Deverá ser dada especial atenção ao tipo da pintura ou do preparo da superfície indicados no projeto de arquitetura e memorial descritivo e a respectiva indicação na planilha orçamentária. Especificações diferentes culminam em preços diferentes para os serviços. A título de exemplo, a presença de emassamento interno com massa acrílica é frequente nos orçamentos base, entretanto, as especificações de memoriais descritivos e projetos costumam apresentar o emassamento interno com massa PVA.

b. Avaliação dos quantitativos

A Equipe de Auditoria deverá confrontar o quantitativo de pintura indicado no orçamento base com o calculado a partir da análise dos projetos, principalmente o de arquitetura.

Para tanto, deverá observar a metodologia utilizada pelo autor do orçamento base na composição dos itens que compõe o tópico pintura.

Observar se há separação entre pintura externa e pintura interna, emassamento interno e emassamento externo, pintura de paredes e pintura de forros, pintura de esquadrias de madeira e pintura de esquadrias metálicas, dentre outras divisões possíveis.

Observar ainda se há superfícies que não receberão pinturas, tais como as revestidas com pisos e azulejos ou forro, cujo acabamento é característico do produto. A sobreposição de pintura e revestimento é falha frequente em orçamentos de obras de edificações.

Entendida essa organização, a Equipe de Auditoria deverá proceder a quantificação dos serviços segundo sua experiência profissional e materialidade dos recursos envolvidos, observando-se o critério de medição adotado.

4. POSSÍVEIS ACHADOS DE AUDITORIA

- a. **Sobrepreço por quantidade:** Os serviços de "**Pintura**" do orçamento base da obra estão com avaliação errônea de quantitativos, ou seja, há a inclusão de fornecimento de materiais e serviços sem previsão de quantidades ou cujos quantitativos não correspondam às previsões reais do projeto básico ou executivo (art. 6°, inciso IX, alínea f; c/c art. 7°, § 2°, inciso II; c/c art. 7°, § 4°; c/c art. 3°, *caput*; Lei Federal n° 8.666/93).
- b. **Sobrepreço por preço:** Os serviços de "**Pintura**" do orçamento base da obra estão com avaliação errônea dos preços unitários (art. 6°, inciso IX, alínea f; c/c art. 7°, § 2°, inciso II; c/c art. 3°, *caput*; Lei Federal n° 8.666/93).

- c. **Sobrepreço por especificação antieconômica:** Os serviços de "**Pintura**" do orçamento base da obra não contemplam os requisitos de "economia na execução, conservação ou operação" (art. 6°, inciso IX, alínea f; c/c art. 12, inciso III; c/c art. 3°, *caput*; Lei Federal n° 8.666/93).
- d. **Sobrepreço por superdimensionamento de projeto:** Os serviços de "Pintura" do orçamento base da obra estão fundamentados em projetos superdimensionados (art. 6°, inciso IX, alínea f; c/c art. 12, inciso III; c/c art. 3°, *caput*; Lei Federal n° 8.666/93).

5. DOCUMENTOS PARA A INSTRUÇÃO PROCESSUAL

- a. Cópia do Projeto básico e/ou executivo:
 - Projeto Arquitetônico;
 - Planilha orçamentária da Administração;
 - Memoriais descritivos e/ou especificações técnicas.
- b. Cópia dos Autos do Processo Licitatório e Edital de Licitação.

6. NORMAS TÉCNICAS RELACIONADAS

A relação apresentada a seguir não é exaustiva, sendo necessário que a Equipe de Auditoria considere as atualizações, revisões, exclusões e inclusões de novas orientações, normas e aspectos legais.

- Orientação Técnica IBRAOP OT IBR 001/2006 Projeto Básico;
- Orientação Técnica IBRAOP OT IBR 004/2012 Precisão do Orçamento de Obras Públicas;
- Orientação Técnica IBRAOP OT IBR 005/2012 Apuração do Sobrepreço e Superfaturamento em Obras Públicas.